



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER nº 181

REF.: PROJETO DE LEI Nº 165/21

AUTORIA: Vereador Marcos Papa

EMENTA: PROJETO DE LEI Nº 165/21 – Institui a obrigatoriedade de publicação no site oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto de todos os pareceres exarados pela ARES-PCJ, em conformidade com o convênio firmado através da Lei Complementar nº 2.877 de 06 de Junho de 2018, conforme especifica.

RELATOR: Vereador Renato Zucoloto

Trata-se de Projeto de Lei de nº 165/21, de autoria do vereador Marcos Papa, que institui a obrigatoriedade de publicação no site oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto de todos os pareceres exarados pela ARES-PCJ, em conformidade com o convênio firmado através da Lei Complementar nº 2.877 de 06 de Junho de 2018, conforme especifica.

Conforme previsto no artigo 72, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, compete a Comissão de Constituição, Justiça e Redação se manifestar em todos os projetos, especialmente no que pertine aos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade, verificando também se o Poder Legislativo é competente para a propositura da matéria, analisando seu aspecto intrínseco, sob pena de incorrer em vício de iniciativa que macula desde o nascedouro o projeto apresentado.

Assim dispõe o Regimento:

“Art. 72 - Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar o texto das proposições ao bom vernáculo. ”

Vale dizer que, no procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito de produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; III) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

De acordo com o texto, a competência da CCJ não se exaure na aprovação do projeto, eis que ao depois, compete a análise do seu conteúdo sob os aspectos lógicos e gramaticais, proporcionando assim uma lei, no aspecto amplo, de fácil compreensão e aplicação.

RELATADO, FUNDAMENTO E PASSO A EMITIR O PARECER.

De início, ressalta-se que o objeto do Projeto de Lei nº 165/21, de autoria do vereador Marcos Papa, que institui a obrigatoriedade de publicação no site oficial da Prefeitura de Ribeirão Preto de todos os pareceres exarados pela ARES-PCJ, em conformidade com o convênio firmado através da Lei Complementar nº 2.877 de 06 de Junho de 2018, se enquadra perfeitamente nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios.

Por sua vez, quanto a competência da Casa, a matéria tratada pelo Projeto em comento se amolda com o que dispõe o artigo 4º, inciso I da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto e, por sua vez, é de iniciativa do município legislar sobre peculiar interesse e bem-estar da população, desde que atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e desenvolvimento humano.

No tocante ao projeto em apreciação nesta Comissão, de iniciativa do vereador Marcos Papa, vale dizer que o mesmo visa atingir o objeto proposto e tratado pela ementa do projeto e, louvável a propositura.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Desta forma, o interesse público local em obter ciência clara e de fácil acesso sobre os atos, pareceres e decisões de uma Agência Reguladora conveniada com a administração municipal, coadunam-se com o princípio constitucional da publicidade e da transparência de que devem se revestir a gestão pública.

Nesse sentido, o presente projeto de lei não entra na competência privativa do chefe do executivo contida no artigo 39 da Lei Orgânica, vez em que não trata sobre a extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, nem do regime jurídico dos servidores municipais, ou ainda da criação, estruturação e fixação de atribuições das secretarias municipais, dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta ou fundacional.

O projeto tem como objetivo precípuo aprimorar a transparência sobre a gestão do serviço de saneamento básico de nossa cidade, compreendendo com isso distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos, que hoje se encontra sob a égide fiscalizatória de uma agência reguladora. Isso com certeza resvala pelo interesse local, cuja competência legiferante genérica encontra amparo no artigo 8º, letra “a”, inciso I da LOM.

Vale lembrar que após o convênio celebrado, a tarifa de água e esgoto não é mais decidida e decretada pelo chefe do poder executivo local, mas pela agência reguladora, que tem o dever contratual de assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do prestador e da modicidade tarifária e, isso certamente afasta do conhecimento público o conteúdo e as decisões que afetam o cotidiano de todos que se servem do serviço de saneamento básico.

Sendo assim, a ampla e irrestrita disponibilização de todos os atos, pareceres e decisões da agência reguladora trarão a devida publicidade, ato este inerente à administração direta.

A propositura encontra fundamento no art. 30, inciso I da Constituição Federal – competência reconhecida, portanto – e art. 38, *caput*, da Lei Orgânica, encontrando-se sua veiculação adequada e em conformidade com os preceitos legais.

As disposições do Projeto não ferem cláusulas constitucionais de natureza material. A proposição, tampouco, merece reparos no que tange à sua juridicidade, regimentalidade e técnica; merecendo, portanto, nestes termos, prosperar, visto que a



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

matéria tratada e a forma legislativa utilizada estão em perfeita consonância com a exigência legal e atende ao mérito de relevância.

Sendo assim, por se encontrar o Projeto de Lei de acordo com as diretrizes legais e constitucionais, este relator não vê óbice intransponível à aprovação do referido projeto e, de acordo com o disposto pelo artigo 119 do Regimento Interno desta Casa emite-se, portanto, parecer favorável.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 17 de Agosto de 2021.

PRESIDENTE
Isaac Antunes

VICEPRESIDENTE
Renato Zucoloto

MEMBRO
Maurício Vila Abranches

MEMBRO
Brando Veiga

MEMBRO
Jean Corauci